

Sujeitos coletivos e vontade coletiva na Amazônia: uma aproximação do pensamento de Gramsci¹

Collective subjects and collective will in the Amazon: an approach to Gramsci's thought

Recebimento dos originais: 17/05/2018

Aceitação para publicação: 29/06/2018

Gladson Rosas Hauradou¹

Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Endereço: Rua Silas Marçal, 3609, - Itaúna I, Parintins – AM, Brasil

E-mail: gladson@ufam.edu.br

Maria Virgínia Borges Amaral

Doutora em Letras e Linguística (PPGLL) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Instituição: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Endereço: Dep. de Serviço Social, s/n - Tabuleiro do Martins, Maceió – AL, Brasil.

E-mail: mvirginia39@gmail.com

RESUMO

Neste ensaio, visa-se estabelecer uma aproximação do pensamento de Gramsci, analiticamente afeitos aos sujeitos coletivos e à vontade coletiva, acerca das lutas travadas por associações comunitárias amazônidas diante da presença de empresas mineradoras na região. O recorte refere-se a duas associações comunitárias da Mesorregião do Baixo Amazonas, no Estado do Pará, que têm tido êxito em suas intervenções coletivas tendo em vista o bem comum local.

Palavras-chave: Gramsci. Sujeitos coletivos. Vontade coletiva. Mineração. Movimentos sociais na Amazônia.

ABSTRACT

In this essay, we aim to establish an approximation of Gramsci's thinking, analytically affected to the collective subjects and to the collective will, about the struggles waged by Amazonian community associations in the face of the presence of mining companies in the region. The clipping refers to two community associations of the Lower Amazon Region, in the State of Pará, that have succeeded in their collective interventions in view of the common local good.

¹ Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e bolsista da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL).

Keywords: Gramsci. Collective subjects. Collective will. Mining. Social movements in the Amazon.

1 INTRODUÇÃO

A ocupação da Amazônia, não somente brasileira, herda um conjunto de qualidades que demarcam a necessidade de estabelecimento de uma “contra hegemonia” em favor dos povos nela residentes/re-existent. Tal ocupação revela-se, ora violentamente, ora silenciosamente, -- e neste caso particular -- com o aval do aparato estatal que desapropria, expropria, silencia e invisibiliza as relações sociais ali presentes justificando a introdução de agentes externos ao ambiente amazônico.

Como forma de fazer frente a esses avanços violentos travestidos do discurso de “ocupação” emergem movimentos sociais, oriundos das comunidades rurais, também herdeiras da “Teologia da Libertaçãoⁱⁱ”, que autonomamente delimitam seus espaços defendendo-os numa “relação de forças” assimétrica, mas que também tem representado ganhos substantivos para a coletividade local.

Em “Gramsci e a questão meridional: hegemonia e subalternidade” Luciana Aliaga sustenta que “[...] o transformismo – que nasce como uma prática parlamentar – recebeu sistematização suficiente nos Quaderni, para tornar-se um conceito, longe de se restringir ao contexto italiano, torna-se importante ferramenta de análise dos Estados contemporâneos” (ALIAGA, 2017, p. 28). Acreditamos, portanto, que os conceitos analíticos “sujeitos coletivos e vontade coletiva” portam estas mesmas qualidades quanto à explicação e explicitação de relações sociais estabelecidas em contextos sociais diversificados como o caso amazônida.

Neste ensaio, visa-se estabelecer uma aproximação do pensamento de Gramsci, analiticamente afeitos aos sujeitos coletivos e à vontade coletiva, acerca das lutas travadas por associações comunitárias amazônidas diante da presença de empresas mineradoras na região. O recorte refere-se a duas associações da Mesorregião do Baixo Amazonas, no Estado do Pará, que têm tido êxito em suas intervenções coletivas tendo em vista o bem comum local para além do: “Viver bem com dignidade, ser tratado como gente” (ROCHA In: ARCHANJO, 2015, p. 58).

2 SUJEITOS COLETIVOS E VONTADE COLETIVA EM GRAMSCI

O momento presente demanda um aprofundamento das reflexões atinentes aos conceitos analíticos gramscianas se supomos apreender a “dinâmica e a estrutura” da sociedade do capital na contemporaneidade, sobretudo se estas reflexões se pautarem numa alternativa de superação da ordem vigente (CAVALCANTE, 2017) presidida pela sociabilidade burguesa em vários quadrantes do planeta.

Tomamos esta premissa corroborando com Cavalcante (2017, p. 103), por exemplo, quando esta afirma que:

A reflexão sobre sujeito coletivo coloca-se na contemporaneidade como uma necessidade de fundamentação teórico-prática para aqueles que buscam a superação da ordem vigente, capaz de ultrapassar a visão corporativa, restrita aos interesses de grupos, e que assuma uma perspectiva de transformação de caráter universal. Num momento da história em que se reafirmam as alternativas individuais, corporativas e salvacionistas, por um lado, e em que se nega o poder das representações – sindicatos, associações, partidos –, por outro, a incursão teórica no pensamento gramsciano, sobre sujeito coletivo, torna-se imprescindível.

Este momento da história expresso num quadro adverso, refratário a mobilizações coletivas com avanço no desmonte de direitos e criminalização dos movimentos sociais, com o qual estes mesmos movimentos têm lidado reforçam a retomada das reflexões gramscianas para além dos muros universitáriosⁱⁱⁱ.

Em se tratando de sujeito coletivo na acepção do autor italiano, vimos que a sua “[...] concepção de homem coletivo ou homem-massa [...] vincula-se à historicidade, que tem seu fundamento na filosofia da práxis ou marxismo [...]” (Op. cit., p. 104). Por sua vez, esta filosofia dá conta de que apreender a processualidade da sociedade capitalista refere-se ao desvelamento de sua “estrutura e dinâmica” cuja “[...] anatomia deve ser procurada na Economia Política [...]” (MARX In: NETTO, 2012, p. 270)”. Apreensão esta, intrinsecamente, articulada à elaboração gramsciana de sujeitos coletivos. Assim sendo, não haveria, portanto, condições de se trazer para o nível da elaboração teórica o papel destes sujeitos coletivos dissociado da totalidade social e, portanto, da perspectiva inaugurada por Marx no século XIX.

Desse modo, corrobora-se para que não se cometa o erro já denunciado por Gramsci (2012) quando da análise das situações: relações de forças presentes no Q13, §17 ao se identificar o que é “orgânico e o que é ocasional”. No mesmo texto, dirá o autor:

[...] A distinção entre “movimentos” e fatos orgânicos e movimentos e fatos de “conjuntura” ou ocasionais deve ser aplicada a todos os tipos de situação, não só àquelas em que se verifica um processo regressivo ou de crise aguda, mas àquelas em que se verifica um processo progressista ou de prosperidade e àquelas em que se verifica uma estagnação das forças produtivas. (2012, p. 38).

Visualiza-se, portanto, a totalidade das relações sociais postas ao se identificar nesse movimento, do que é “orgânico e o que é ocasional”, as condições necessárias para se empreender ações contra hegemônicas em favor das classes subalternas.

Nesse sentido, conceitos analíticos como sujeitos coletivos e vontade coletiva são fundamentais para lançarmos luz à dinâmica (relações de forças assimétricas) desencadeada em espaços onde re-existem relações sociais distanciadas da totalidade burguesa^{iv}. Estes conceitos, assim, permitem clarear questões não bem definidas por outras perspectivas teórico-metodológicas como o desenvolvimentismo em regiões com características como o norte e nordeste brasileiro, por exemplo, que desconsidera as relações sociais pré-existentes ao avanço do capital nessas localidades.

Nos Cadernos de Cárcere, as investigações de Gramsci dão conta de que há uma “[...] diferença entre homem-indivíduo e homem-massa, reafirmando a importância fundamental, ‘em última instância’ da base econômica, na constituição do homem coletivo, como um ‘cimento coletivo [...]’ (CAVALCANTE, 2017, p. 107; grifos da autora). Nessa esteira o homem-indivíduo residiria no solo do individualismo burguês cujas qualidades relacionam-se à acriticidade acerca da ‘vida cotidiana e o real’” (Ibid). Esta qualidade própria da sociabilidade burguesa falseia a captura do real inibindo possibilidades imediatas e mediatas de transformação coletiva.

Noutro extremo, segundo a autora, situa-se o homem-massa evocado pelo pensador sardo. Para Gramsci:

[...] a base econômica do homem-coletivo: grandes fábricas, taylorização, racionalização, etc. (...). O homem coletivo de hoje forma-se essencialmente de baixo para cima, à base da posição ocupada pela coletividade no mundo da produção: também hoje o homem representativo tem uma função na formação do homem coletivo, mas muito inferior à do passado, tanto que ele pode desaparecer sem que o cimento coletivo se desfça e a construção desabe (Op. cit; p. 108).

Esta posição demarca, portanto, a consubstanciação gramsciana “[...] de homem, como composto prenhe de elementos subjetivos e objetivos, ou individuais e materiais/coletivos, respectivamente, ou em suas palavras como um ‘bloco histórico’, no qual sua vontade é concreta, onde seu querer abstrato pode encontrar os meios concretos para a sua realização, e para efetivar-se como historicidade [...] (p. 108; grifos da autora)” reforça a autora. Tal qualidade, homem-coletivo ou sujeito coletivo, contra hegemônica nutre perspectivas de transformações quanti-qualitativas em contextos diversos^v ao se lançar mão das qualidades necessárias à constituição de uma vontade coletiva em favor de “um determinado fim político”.

Esta afirmação está em simetria com a assertiva gramsciana segundo a qual:

[...] O processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, é representado não através de investigações e classificações pedantes de princípios e critérios de um método de ação, mas como qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta, o que põe em movimento a fantasia artística de quem se quer convencer e dá uma forma mais concreta às paixões políticas. [...] (GRAMSCI, 2012, Q 13, p. 13).

Com tais qualidades, “traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta”, delineiam-se as possibilidades de efetivação de uma ação coletiva no sentido do atendimento às demandas de um dado grupo social, neste caso as classes subalternas cujo fim último é o de “convencer e dá uma forma mais concreta às paixões políticas” materializando-as.

3 ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS ARQMO^{vi} E ACORJUVE^{vii}: EXPRESSÕES DOS SUJEITOS COLETIVOS E DA VONTADE COLETIVA NA AMAZÔNIA

Buscar-se-á neste tópico estabelecer uma aproximação acerca dos sujeitos coletivos e da vontade coletiva, à luz do pensamento gramsciano, afeitos ao protagonismo da sujeitos amazônidas frente ao avanço do capital na região mediado pela presença de empresas mineradoras. Não desprezamos o papel central desempenhado pelo Partido Político enquanto sujeito coletivo de novo tipo. O que pretendemos expor são as mediações voltadas para a constituição de uma vontade coletiva decorrente do “convencer e da forma mais concreta das paixões políticas” ao ponto de se adquirir conquistas coletivas em favor das comunidades locais.

4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS^{viii} E A LUTA CONTRA AS MINERADORAS NA AMAZÔNIA: CONFLITOS, TENSÕES, CONQUISTAS...

Os conflitos desencadeados pela presença de mineradoras na Amazônia passaram a tomar proporções mais significativas com o advento e consolidação das organizações coletivas (associações, etc.) em favor de grupos específicos que tivessem sido atingidos ou impactados pelos danos decorrentes das alterações ambientais, sociais, econômicas, culturais afeitas ao desenvolvimento e presença de empresas (públicas ou privadas) enquanto agentes externas ao contexto local.

Até então os conflitos tinham como base as demandas postas pela terra ocupada, territórios herdados de geração à geração e/ou os direitos essenciais de cidadania, conforme Wanderley (2012)^{ix}. Há, portanto, nesse contexto “a emergência ou o fortalecimento desses movimentos

sociais” que mais tarde assumiriam uma configuração voltada para o enfrentamento direto às empresas com qualidades diferenciadas.

Segundo um estudioso da presença de mineradoras na região amazônica:

Na Amazônia Brasileira, apesar da remoção de moradores em Barcarena-PA para instalação das fábricas de produção de alumínio da Albrás e Alunorte; dos impactos sociais e ambientais decorrentes da mineração de bauxita da Mineração Rio do Norte - MRN em Oriximiná-PA; dos conflitos no entorno do Programa Grande Carajás, onde a Companhia Vale do Rio Doce implantou o maior polo minero-metalúrgico da região; e dos efeitos negativos do projeto da Caulim Amazônia (CADAM) no vale do Jari em Almerim-PA nas décadas de 1970 e 1980, não se configurou, até o fim da década passada, nenhum movimento representativo de questionamento às mineradoras, ou e “atingidos por mineração”. O que existiu, até ao início do século XXI, foi a emergência ou o fortalecimento de movimentos sociais populares nas áreas sob influência das grandes corporações mineradoras, que, entretanto, não se lançavam a debater diretamente o uso dos recursos minerais, nem os efeitos sócio espaciais provocados pela mineração, mas lutavam pelo direito à terra, ao território e por outros direitos essenciais do/a cidadã(o) (WANDERLEY, 2012, p. 57).

Como se pode ver, a luta pela terra na Amazônia não trazia em si, *a priori*, a preocupação por parte dos atingidos com as questões ligadas “diretamente ao uso dos recursos minerais, nem os efeitos sócio espaciais provocados pela mineração”. Considera-se que estas lutas tomaram proporções substantivas conforme o processo de amadurecimento coletivo traduzido na coletivização das demandas individuais e na constituição de uma vontade coletiva capaz de consubstanciar a materialização de determinadas conquistas localmente.

Contudo, o surgimento de diversos segmentos como os supramencionados revela o traço distintivo de resistência das comunidades locais ante o avanço do capital na região amazônica. A conformação desses quadros reflete o posicionamento político gestado no cotidiano da vida das populações afetadas pelos “projetos de desenvolvimento” em voga na região. Quanto a essa questão, Almeida (1994) faz importante análise sobre o papel dos movimentos sociais na Amazônia na contemporaneidade ao considerar o poder desses segmentos organizados em prol de objetivos comuns. O autor destaca que:

Os movimentos sociais na área rural da Amazônia [...] vêm se consolidando fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico e tendo nos STRs uma de suas expressões maiores, conhecem no momento atual, certos desdobramentos, cujas formas de associação

e luta escapam ao sentido estrito de uma organização sindical e às formas de enquadramento urdidas pelo Estado (p. 521).

Todavia, o autor chama-nos a atenção para o fato de que coexistem relações de poder antagônicas no bojo destes movimentos reivindicativos. Tais relações antagônicas relacionam-se aos distintos interesses pela posse e usufruto de terras na região. Assim sendo, para Almeida (2004):

Interessa, [...], chamar a atenção para dois tipos de impasses com que se está havendo hoje a organização sindical dos trabalhadores rurais: de um lado o caráter amplo e difuso das unidades de mobilização, congregando diversos segmentos sociais e orientando-se, sobretudo, pela lógica dos enfrentamentos; de outro um movimento qualitativamente distinto que busca superar organizacionalmente o proletariado rural do campesinato possuidor de terra (p. 532).

Ao considerar estas questões, Almeida (2004) endossa o entendimento que as relações de poder instituídas na região estão passando por mudanças as quais têm incidido na vida das populações destas localidades. Estas mudanças não têm se apresentado como capazes de solucionar os conflitos nelas engendrados. “Em contrapartida, intensifica-se a multiplicidade das formas de organização de índios e camponeses, marcadas por uma autonomia crescente face aos aparelhos de Estado” (p. 536). Estas configuram-se nas denominadas unidades de mobilização enfatizadas pelo autor as quais refletem a vontade coletiva dos sujeitos coletivos da região amazônica. Pois, apresentam-se: “[...] como qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta, o que põe em movimento a fantasia artística de quem se quer convencer e dá uma forma mais concreta às paixões políticas [...] (GRAMSCI, 2012, Q 13, p. 13).

Consideramos que é desse contexto diversificado e com as qualidades afeitas à vontade coletiva, numa aproximação ao pensamento gramsciano, que funda-se:

[...] em 1989, a ARQMO [que] tinha como intuito fortalecer politicamente as comunidades negras na defesa dos direitos sociais e territoriais contra os interesses de outros atores, que se impuseram no planejamento territorial da bacia do Trombetas sobre as terras dos quilombolas. Constituiu também uma resposta aos impactos e às transformações decorrentes das políticas públicas e privadas de desenvolvimento regional, desde a década de 1970, com destaque para os projetos de mineração (WANDERLEY, 2012, p. 63).

Esta surge em decorrência das políticas territoriais e da presença da mineradora (Mineração Rio do Norte - MRN) na região e em defesa dos territórios das comunidades negras remanescentes de quilombolas em Oriximiná no Estado do Pará.

Conforme Comissão Pró-Índio de São Paulo (2013):

A ARQMO surgiu como uma resposta às invasões e ameaças contra os territórios quilombolas registradas a partir da década de 1970, quando se intensificou a ocupação da região. Data desse período a instalação da Mineração Rio do Norte que ocupou parte de suas terras; a criação da Reserva Biológica do Trombetas (REBIO), que impediu o acesso aos principais castanhais; a edificação pela ELETRONORTE de uma vila para implantação da hidrelétrica de Cachoeira Porteira, no Rio Trombetas; e ainda o aumento no número de fazendas e de ocupações de pequenos posseiros (Op. Cit., p. 63).

Com pontos de convergência, surge também, no início do século XXI:

Em março de 2004, [após] uma assembleia com mais de dois mil associados e unindo quarenta comunidades [...] a ACORJUVE. A nova associação significou a união de todas as comunidades do lago Juruti Velho em defesa do território coletivo. Se, no princípio, ela não existia unanimidade – especialmente nas comunidades evangélicas – hoje, com o fortalecimento político da instituição, a titulação do assentamento agroextrativista e a implementação de outras políticas públicas, quase a totalidade dos moradores e todas as comunidades do Lago estão associadas à ACORJUVE (Ibid, p. 75).

Esta associação, por sua vez, volta-se para o enfrentamento à presença da *ALCOA* – *Aluminum Company of America*^x e dos impactos desencadeados pelo processo de extração do minério de bauxita na região.

Consideramos que a constituição dessas duas associações configurar-se-iam como expressão da vontade coletiva dos sujeitos coletivos amazônidas em favor do bem comum, com as devidas ressalvas.

Assim, a materialização das conquistas coletivas advindas com a consolidação dessas associações traduzir-se-iam, -- mediante o “fortalecimento político das instituições (ARQMO/ACORJUVE) --, na titulação dos assentamentos agroextrativistas/comunidades e na implementação de outras políticas públicas” na/para a região.

Acerca dessas conquistas, Wanderley (2012, p. 83) destaca que:

[...] os grupos de Oriximiná estavam mais preocupados em resolver as questões históricas referentes ao frágil controle do território e à precária condição de vida. Já em Juruti,

incorporou-se mais a temática mineral entre as contestações. Isto é, além das questões centrais em relação à terra e ao meio ambiente, os temas referentes ao pagamento de royalties aos tradicionais habitantes do solo, às indenizações sobre impactos sofridos pela população, à responsabilidade social empresarial e o desenvolvimento regional começaram a ser indagados pelos atingidos e, a partir de 2010, pela sociedade em geral.

O autor destaca, contudo, que diferentemente de outras partes do mundo “[...] na maioria dos casos, os atingidos ainda não assumiram um discurso antimineração, que almejaria o fim da exploração mineral, mas sim lutam por maior inclusão nos ganhos provenientes da exploração dos recursos minerais em seu território [...] (Ibid)”. Todavia, consideramos que diante do avassalador avanço capitalista na região amazônica, a delimitação/defesa de seu espaço -- com o reconhecimento dos assentamentos agroextrativistas/comunidades --, ainda que reduzido, e a garantia da responsabilização das mineradoras em decorrência dos impactos de sua presença na região, ou mesmo o pagamento de royalties aos tradicionais habitantes do solo, isto representaria a materialidade da vontade coletiva dos sujeitos amazônidas enquanto expressão do “convencer e da forma mais concreta das paixões políticas” ao ponto de se adquirir conquistas coletivas em favor das comunidades locais.

5 CONCLUSÃO

O tempo presente exige reflexões que nos permitam abstrair a realidade social no sentido do desvelamento das possibilidades de superação da ordem vigente. Assim sendo, consideramos que lançar mão de conceitos analíticos como sujeitos coletivos e vontade coletiva (e demais conceitos desenvolvidos pelo pensador sardo), segundo a acepção gramsciana, pode nos propiciar a visualização de perspectivas no interior das relações sociais, que funcionais à ordem burguesa, falseiam e tendem -- continuamente -- a falsear a apreensão do real e das relações de forças presentes, em contextos diversificados, como em relação à dinâmica atinente à presença de mineradoras em regiões como a Amazônia.

Nesse sentido, consideramos ser possível visualizarmos na totalidade das relações sociais postas, a identificação nesse movimento, do que é “orgânico e o que é ocasional”, e assim, as condições necessárias para se empreender ações contra hegemônicas em favor das classes subalternas.

Pretendeu-se, ao longo deste ensaio, estabelecer uma aproximação do pensamento de Gramsci, sobretudo, afeitos aos sujeitos coletivos e à vontade coletiva, no que concerne às lutas travadas por associações comunitárias amazônidas para o enfrentamento dos impactos produzidos em razão da presença de empresas mineradoras na região amazônica.

Assim, à luz dos conceitos analíticos gramscianos, consideramos que a materialização das conquistas coletivas advindas com a consolidação dessas associações, seu “fortalecimento político, a titulação dos assentamentos agroextrativistas/comunidades e a implementação de outras políticas públicas” na/para a região expressam-se enquanto “processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político”.

ⁱ A concepção de homem coletivo ou homem-massa, presente no pensamento gramsciano, vincula-se à historicidade, que tem seu fundamento na filosofia da práxis ou marxismo [...] (GRAMSCI apud CAVALCANTE, 2017, p. 104).

ⁱⁱ No âmbito dessas relações, a população negra da região do rio Trombetas, primeiramente, passa a se organizar em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como forma de enfrentamento dos agentes expropriadores que ameaçavam suas terras (ARCHANJO, 2015, p. 63).

ⁱⁱⁱ Na Amazônia, muitas pesquisas, não diferente de outras regiões do país, sinalizam o “[...] avanço das ações e discursos neoliberais, que apoiadas pelo capital financeiro, suplantam leis trabalhistas, exploram o/a trabalhador/a, reduzem os gastos públicos com saúde, educação e assistência social, criminalizam movimentos sociais populares e organizações dos trabalhadores, e sustentam os processos de privatização [...]” (VASCONCELOS, 2018, p. 12-13).

^{iv} Este entendimento de relações sociais distanciadas da totalidade burguesa refere-se à compreensão de que existem espaços onde as relações sociais entre a coletividade apresenta qualidades diferenciadas por não se realizarem unicamente pelo viés mercadológico. Vejam-se as práticas de trocas ou escambo com a permuta de produtos entre amazônidas e regiões como o interior do nordeste brasileiro, por exemplo.

^v Vide o artigo “Gramsci e a questão meridional: hegemonia e subalternidade” de Luciana Aliaga sustenta que “[...] o transformismo – que nasce como uma prática parlamentar – recebeu sistematização suficiente nos *Quaderni*, para tornar-se um conceito, longe de se restringir ao contexto italiano, torna-se importante ferramenta de análise dos Estados contemporâneos” (ALIAGA, 2017, p. 28).

^{vi} Associação dos Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (ARQMO).

^{vii} Associação das Comunidades da Região da Gleba Juruti Velho (ACORJUVE).

^{viii} De acordo com Medeiros (1989, p. 17) desde 1944 com a instituição do “Decreto que autoriza a organização sindical rural de assalariados agrícola” têm se consolidado os Movimentos Sociais no Campo.

^{ix} Na literatura acadêmica e na prática política no Brasil, e especificamente na Amazônia, a categoria de “atingido por mineração” só surge como uma classificação adotada a partir de 2010, com o aparecimento do Movimento de Atingidos pela Vale, do Movimento dos Atingidos por Mineração (MAM), do Movimento Juventudes Atingidas por Mineração e do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. Até então, a noção de “atingidos” limitava-se aos atingidos por barragens, cujo debate se encontrava amplamente difundido a nível nacional e internacional na esfera política e acadêmica (VAINER apud WANDELEY, 2008).

^x Os dados utilizados nesta exposição referem-se aos estudos de Wanderley (2012, p. 58) o qual analisou os movimentos sociais que emergiram “[...] no município de Oriximiná, onde a empresa de capital misto Mineração Rio do Norte atua desde 1974; [e a] segunda área [...] localizada em Juruti, onde a transnacional ALCOA – *Aluminum Company of America* iniciou o seu empreendimento em 2000 e a extração em 2008. Ambas as localidades encontram-se na sub-região Baixo Amazonas, estado do Pará, na Amazônia Oriental”.

REFERÊNCIAS

ALIAGA, Luciana. Gramsci e a questão meridional: hegemonia e subalternidade. In: NASCIMENTO, Adriano; LEITE, Josimeire de Omena (Org.). **Gramsci em Perspectiva**. Maceió: Edufal, 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Amazônia**: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” como fator essencial de transição econômica – pontos resumidos para uma discussão. In:_____. Rerv. Somanlu, ano 4, n. 1, jan./jun. 2004.

_____. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p.517-532

ARCHANJO, Elaine Cristina Oliveira Farias. **Oriximiná terra de negros**: trabalho, cultura e luta de quilombolas e Boa Vista (1980-2013) / Elaine Cristina Oliveira Farias Archanjo. 2015 161 f.: il. color; 31 cm.

CAVALCANTE, Margarete Pereira. Reflexões sobre o sujeito coletivo em Antonio Gramsci. In: NASCIMENTO, Adriano; LEITE, Josimeire de Omena (Org.). **Gramsci em Perspectiva**. Maceió: Edufal, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos de Cárcere**. Vol. 3, Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, Q 13.

MARX, Karl. Prefácio a Para a Crítica da Economia Política. In: NETTO, José Paulo. (Org.) **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

VASCONCELOS, Maria E. de. Prefácio. In:_____. FONSECA, José Luiz Pereira da; HAURADOU, Gladson Rosas (Org.). **ESTUDOS E PESQUISAS EM AMBIENTE AMAZÔNICO**: Temas & Tramas. 01. ed. São Paulo: Dialogar, 2018. v. 01. 189p.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Movimentos sociais em área de mineração na Amazônia brasileira**. In: e-cadernos CES, 17, 2012: 56-84